

“As vezes, somos todos palestinos”: O uso político da Questão Palestina por líderes árabes na segunda metade do século XX

“Sometimes we are all Palestinians”: The political use of the Palestine Question by Arab leaders at the second half of the XX century

Murilo Sebe Bon MEIHY

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Contato: meihy1@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo discute o processo de transformação da chamada “Questão Palestina” em elemento de destaque do discurso político de líderes árabes em três países: Egito, Líbia e Líbano, a partir da segunda metade do século XX, e ressalta como a busca por liderança regional e visibilidade internacional durante o período da Guerra Fria convertia o tema dos conflitos entre Israel e Palestina em princípio norteador da agenda política retórica dos países árabes. A partir desses três cenários específicos, no artigo pretende-se analisar a permanência do conflito entre palestinos e israelenses como o principal fator de instabilidade no Oriente Médio, considerando-se o uso político que cada país atribuía a este problema geopolítico.

Palavras-chave: Palestina; Oriente Médio; Guerra Fria.

Abstract: This article discusses the transformation process of the so called "the Palestine Question" in a major element of the political discourse of Arab leaders in three countries: Egypt, Libya and Lebanon, from the second half of the twentieth century, emphasizing how the quest for regional leadership and international visibility during the Cold War converted the subject of the conflicts between Israel and Palestine in guiding principle of the rhetoric political agenda in the Arab countries. Based on these three specific scenarios, this paper analyzes the permanence of the conflict between Palestinians and Israelis as the main factor for the instability in the Middle East, considering the political use that each country attributed to this geopolitical problem.

Keywords: Palestine; Middle East; Cold War.

No Oriente Médio, a discussão acerca do uso intencional de discursos políticos sobre a Palestina pode ser mais bem analisada ao se tomarem como exemplo algumas biografias controvertidas de figuras políticas relacionadas à defesa de um projeto nacionalista oficialmente reticente a toda e qualquer forma de “colonialismo”. O marco divisor da ação política dos biografados é o fato de que cada um atuou em momentos distintos do que se pode chamar de “evento inaugural da Questão Palestina”: a guerra árabe-israelense de 1948 – vista pela

historiografia oficial israelense como uma guerra de “independência”, e por grande parte da memória nacional palestina como “a catástrofe” (الناكبة - *al-Nakba*). As trajetórias individuais de cada ator político que se envolveu com a Questão Palestina se justificam por critérios distintos, já que os espaços de atuação desses homens foram determinados por seus diferentes projetos político-nacionais, seja para ascender ao Estado nacional em construção e angariar a simpatia da sociedade civil, como nos casos dos libaneses Antoun Saade e Salim al-Lawzi, ou para assumir papéis de liderança regional com Gamal Abdel Nasser no Egito e seu pretense herdeiro político, Muammar al-Kadafi, na Líbia.

1. Os mártires libaneses da Questão Palestina

O primeiro biografado, Antoun Saade, foi um jornalista, escritor e político libanês de origem cristã ortodoxa que se tornou fundador do Partido Social Nacionalista Sírio no fim de 1932. Inicialmente, a luta de Antoun Saade era contra a presença francesa no território da chamada “Síria histórica”, a região que abarcava a antiga província otomana da Grande Síria, especificamente Líbano, Síria, Palestina e Transjordânia. Durante os anos 1930, essa área do Oriente Médio contemporâneo foi inundada por movimentos diversos de forte inspiração fascista e comunista, e Antoun Saade não se desvinculou dessa tendência, apesar de fugir de definições polarizadas oriundas da tradição política do inimigo colonialista europeu. Ainda que flertasse com o vocabulário político de diversas fontes doutrinárias adventícias, Saade concentrava sua perspectiva política na defesa radical do secularismo tutelado por um Estado forte e nacionalista na região. (ÁLVAREZ-OSSORIO, 2009, p. 41).

Entre 1936 e 1937, Saade foi preso e libertado diversas vezes, até perceber que seu ativismo político seria mais exitoso se fosse destinado à comunidade sírio-libanesa em diáspora, principalmente ao redor do continente americano. Desse modo, ele passou a militar pela descolonização da Grande Síria na condição de exilado político, vivendo parte desses anos no Brasil. Coincidentemente, esses anos também foram conturbados para a política brasileira. Em 1937, o Brasil passou a viver sob o autoritarismo do Estado Novo varguista, que serviu de modelo e inspiração para as ideias políticas centralizadoras de Saade. As linhas gerais do projeto político deste libanês versavam sobre a instauração de um sistema autocrático de governo em sua terra natal, embasado em certo culto à personalidade e na reescrita da história sírio-libanesa a partir de uma memória grandiosa dessa região antes da chegada do cristianismo. O projeto político de Saade valorizava a afirmação de uma identidade nacional francófoba, que poderia ser estendida aos árabes

de toda a região do Levante, transcendendo questões religiosas e comunitárias tão presentes em grande parte do Oriente Médio.

A imagem de que seu Partido Social Nacionalista Sírio era uma imitação barata do nazi-fascismo europeu assombrava Saade. Em muitas ocasiões ele tentou conferir certa originalidade a seu projeto, vinculando-o ao que considerava ser uma necessidade dos povos árabes submetidos ao jugo colonial francês. Nesse sentido, a proposta de Saade competia com outras concepções políticas atuantes no Oriente Médio daquele momento, tais como o pan-arabismo generalizado, e o “libanismo” ocidentalizante de Pierre Gemayel e seu partido “Falange Libanesa” (ال ل ب ن ا ن ا ية) – *Hizb al-Kata'eb al-Lubnaniyah*), fundado em 1936.

As ideias de Saade apresentavam um elemento essencial da política árabe no século XX: a inclusão da Palestina e dos palestinos à tutela de um nacionalismo difuso. Após uma passagem pela Argentina e seu retorno ao Líbano, em 1947, Saade foi influenciado pelas consequências humanas catastróficas da guerra árabe-israelense no ano seguinte e, a partir da instauração do Estado de Israel, passou a militar sobre a chamada Questão Palestina, na contramão de muitos de seus conterrâneos libaneses. Em 1949, Antoun Saade foi fuzilado após sofrer a acusação de conspiração contra a segurança do Estado libanês.

Na segunda metade do século XX, a junção entre exílio, pensamento político e assassinatos arbitrários seguiu como uma tendência perigosa. A biografia do jornalista libanês Salim al-Lawzi é um bom exemplo de que as questões transnacionais do pan-arabismo eram movidas pelos interesses dos Estados nacionais do Oriente Médio, e, da Questão Palestina à disputa pela liderança regional da grande “Nação Árabe”, tudo era resolvido de forma intimidatória.

Nascido em Trípoli, uma das cidades mais instáveis do jogo político libanês desde a independência do país, em 1943, al-Lawzi emigrou em 1944 para Jaffa, na Palestina, onde assumiu a posição de prestigiado radialista da *Rádio Oriente Próximo* (إذاعة الشرق الأدنى) – *Iza'at al-Sharq al-Adna*). Sua proximidade com a efervescência política dos anos 1940 na Palestina causou-lhe grandes problemas profissionais, o que o obrigou a se mudar para o Egito nos anos finais dessa mesma década e, em seguida, novamente para o Líbano. Nesse período, al-Lawzi contribuiu para diversos jornais e revistas árabes, conseguindo fundar seu próprio jornal, chamado *Incidentes* (ال حوادث) – *al-Hawadith*).

Os problemas políticos voltam a assombrar o jornalista quando, no início da convulsão libanesa de 1958, após a Crise de Suez, entre Egito e uma aliança de potências ocidentais com Israel, deflagrou-se um conflito de grandes consequências para todo o Oriente Médio. Desde 1952, o Líbano era governado pelo Presidente Camille Chamoun, um político maronita que possuía fortes laços com o projeto de ocidentalização do país. Ao distanciar-se do Egito durante a Crise de Suez,

em favor do bloco ocidental, Chamoun passou a ter sua liderança política questionada, principalmente por libaneses muçulmanos dispostos a defender sua lealdade ao presidente egípcio Gamal Abdel Nasser. Durante esse período, al-Lawzi usou seu jornal para criticar Chamoun, em apoio aos opositoristas muçulmanos. Mostrando-se fiel às suas convicções pan-arabistas, al-Lawzi não poupou esforços para criticar os rumos do Estado libanês e, como consequência, foi preso e teve seu jornal cassado, em 1957.

Quando a crise libanesa dos anos 1950 parecia superada, al-Lawzi foi solto e voltou à atividade de jornalista envolvido com questões ligadas ao pan-arabismo. Nesse período, de acordo com Fouad Ajami, al-Lawzi mostrou-se mais corruptível do que fiel às ideias políticas, o que justificava mudanças abruptas de posicionamento nos artigos que publicava. (AJAMI, 1992, p. 2). Nas décadas de 1960 e 1970, al-Lawzi voltou a colecionar inimigos importantes, e dentre eles estavam os dois países árabes que mais se vincularam ao pensamento pan-arabista e assumiram, retoricamente, a defesa da Questão Palestina como uma agenda política “árabe”: o Egito e a Síria.

Era difícil estabelecer a fronteira entre a política libanesa e os pontos mais polêmicos das disputas de poder entre os Estados nacionais no interior do sistema regional árabe. As vicissitudes da Guerra Fria, os riscos constantes de novos conflitos e a vinda expressiva de refugiados palestinos faziam do Líbano uma espécie de “caixa de ressonância” dos conflitos regionais. Em 1975, quando as tensões criadas no Líbano pós-independência se juntaram à instabilidade regional do Oriente Médio, o pesadelo da guerra civil transformou-se em realidade. Os antigos pontos de discórdia que levaram o Líbano a crises internas somaram-se a novos dilemas geopolíticos ainda mais ajustados ao propósito de liquidar a soberania do país. Em um cenário de colapso do Estado libanês, o ano de 1975 revelou algumas feridas não cicatrizadas como: a distribuição de poder entre grupos confessionais, o fosso social entre uma elite abastada e o aumento da população empobrecida, altos níveis de corrupção nas esferas públicas, o crescente peso dos refugiados palestinos nas questões políticas do país, a resposta invasiva de Israel à proximidade de militantes palestinos a partir do Líbano, o papel intervencionista da Síria e a conivência das Nações Unidas em relação ao aumento da tensão entre o Líbano e seus vizinhos. (HAYEK, 2006, p. 143-145).

No interior dessa rede de tensões, as posições políticas que al-Lawzi incluía em seus artigos jornalísticos contrariavam os interesses sírios no Líbano, e a Questão Palestina era um dos pontos mais controvertidos desta disputa de poder. Dessa forma, em circunstâncias pouco misteriosas al-Lawzi foi sequestrado, torturado e morto por agentes do serviço de inteligência da Síria em 1980. (DEEB, 2003, p. 52).

Qual a constatação inicial a que se pode chegar sobre o uso político da Questão Palestina entre distintos grupos políticos do Oriente Médio? Todos os países da região, incluindo-se os

vizinhos Israel, Síria, Líbano, Jordânia e Egito, não escondiam seus receios sobre o destino da Palestina e, mais do que encontrar uma solução para o problema, tentavam retirar dos próprios palestinos o protagonismo de suas questões mais sensíveis.

2. O pan-arabismo: um faraó para o Egito e um ceramista para a Palestina

A história do pan-arabismo egípcio no século XX e a Questão Palestina se confundem com a instauração do regime republicano no país. No Egito, o desejo de conferir unidade aos povos árabes foi precedido da necessidade de se formar um ambiente político completamente livre da intromissão das potências adventícias. Na década de 1940, momento em que a monarquia egípcia encontrava-se fortemente influenciada pelo imperialismo britânico, formou-se entre jovens oficiais do exército uma organização clandestina que defendia uma revolução política e social para o país. (MUÑOZ, 2005, p. 80). Chefiado pelo então capitão Gamal Abdel Nasser, o movimento dos “Oficiais Livres” planejava uma ação política baseada no apelo à defesa dos interesses nacionais acima dos anseios partidários. Essa ausência de uma ideologia específica, vinculada a facções ou grupos sociais minoritários, permitiu que, aos poucos, a organização militar liderada por Nasser se aproximasse das massas camponesas e de setores menos favorecidos da sociedade egípcia. O fato de que grande parte dos integrantes dos “Oficiais Livres” fosse de origem social modesta contribuiu para essa aproximação, mas, certamente, foi a Guerra da Palestina de 1948, com o envolvimento direto de exércitos árabes (inclusive o egípcio), contra o recém-criado Estado de Israel, que instituiu um ambiente propício para que grupos militares tivessem sua popularidade ampliada em relação ao governo monárquico. (ABURISH, 2004, p. 36).

Nesse cenário de crise, construído por questões sociais e pela derrota egípcia na guerra, crescia a reputação de grande parte dos integrantes do movimento dos “Oficiais Livres”. Nasser, por exemplo, já promovido a major por bravura, foi identificado como o principal responsável por uma das poucas vitórias militares conquistadas pelas tropas egípcias no front. Os soldados sob sua liderança teriam impedido o exército israelense de tomar o bolsão de Falupa, ponto estratégico aproximadamente 30 quilômetros a noroeste de Gaza. Mas Nasser não foi o único combatente a conquistar a simpatia do povo egípcio por valentia na guerra. O major-general Mohammed Neguib, então com 50 anos, um oficial que havia lutado ao lado dos soldados na Guerra da Palestina e sido gravemente ferido, também gozava de apreço popular. Outros heróis da guerra, como Anwar Sadat e Zakariya Muhieddin, compunham os quadros de militantes do movimento dos “Oficiais Livres”, que se ressentiam do comportamento de grande parte de seus superiores, arrogantes em relação aos subalternos e subservientes para com os ingleses.

Com a crescente antipatia que cercava o rei Farouk, as chances de derrubá-lo se tornavam cada vez mais fortes. Após a assinatura do armistício egípcio-israelense em janeiro de 1949, os “Oficiais Livres” passaram a se preocupar com a instauração de um novo regime no Egito. Planejaram inicialmente entrar em ação por volta de 1954 ou 1955 e, nesse ínterim, foram clandestinamente denunciando a monarquia à sociedade egípcia. Mas não foi preciso esperar todo esse tempo para se conduzir a derrubada do governo do rei Farouk. Em uma madrugada de julho de 1952, os militares sediciosos tomaram as ruas e em pouco tempo assumiram o controle do país. Havia o receio de que as tropas inglesas aquarteladas na zona do Canal de Suez tentassem salvar a monarquia aliada, mas o apreço da Inglaterra pelo rei Farouk não se mostrou tão sólido. A revolução egípcia de 1952, liderada pelo movimento dos “Oficiais Livres”, chegava ao poder com forte apoio da população. A repercussão da queda da monarquia no Egito foi intensa. Além de afetar, em diferentes graus, todas as camadas sociais e instituições do país, a revolução teve uma influência penetrante em outras regiões do Mundo Árabe pelo seu caráter libertário e popular, conferindo esperança de mudanças políticas em toda a região, principalmente entre os palestinos, já carentes de apoio internacional após a Guerra de 1948.

A ausência de uma ideologia consistente nos primeiros momentos do processo revolucionário não impediu o êxito da ação militar nem dividiu o movimento em setores discordantes. Ainda que sem orientação doutrinária clara, os “Oficiais Livres” sabiam exatamente o que precisavam varrer da história política do Egito: a decadente monarquia, a concentração de poder econômico dos “grandes latifundiários feudais”, a presença estrangeira e a corrupção política. (ABURISH, 2004, p. 50).

As primeiras dificuldades que envolveram o novo regime não estavam relacionadas com a imagem pública do governo, mas atingiam diretamente o núcleo do alto comando dos “Oficiais Livres”. Após a revolução, a figura do General Neguib deixava de ser um suporte estratégico ao movimento para, aos poucos, se transformar em fonte de constantes atritos. Neguib havia conquistado a simpatia das camadas menos favorecidas do Egito, tanto na cidade quanto no campo. Pelo fato de sua mãe ser de origem sudanesa, Neguib também angariou popularidade na região do Sudão, ajudando a resolver pequenas querelas diplomáticas com o citado território e garantindo o rápido reconhecimento do novo regime no cenário internacional. Aos poucos, o general Neguib passou a considerar que os “Oficiais Livres” dependiam totalmente de sua figura pública e não hesitava em lembrá-los que, além de mais velho, era o oficial de maior patente no interior da Junta Militar, que governava o país desde 1952, já intitulada “Conselho de Comando Revolucionário” (C. C. R).

Com a Constituição Provisória e a proclamação da República Egípcia, entre fevereiro e junho de 1953, uma disputa política interna envolvendo Neguib e Nasser começava oficialmente. Por insistência própria, Neguib tornou-se Presidente e Primeiro-Ministro, enquanto Nasser ficou apenas com os cargos de vice-primeiro ministro e ministro do Interior, ainda que fosse o principal articulador político do movimento. Em resposta, Nasser passou a tomar decisões sem consultar Neguib, dentre elas, a demissão do coronel Ahmed Shawky (amigo pessoal de Neguib) do exército egípcio, por criticar o Conselho de Comando Revolucionário. Ao perceber as intenções de Nasser, Neguib entregou uma carta demissionária ao C. C. R.

O caminho para a ascensão política de Nasser estava sendo traçado. Imediatamente após a saída de seu rival político, tornou-se primeiro ministro e conseguiu abrandar aqueles que pensavam na implosão dos “Oficiais Livres”. Algumas organizações de oposição ao novo regime, como o grupo islâmico “Irmandade Muçulmana” e o Partido Comunista, passaram a acreditar que a saída de Neguib era um indicativo de que o exército estava dividido, mas essa leitura dos acontecimentos mostrou-se equivocada. Ao sair da condição de sombra do general Neguib, Nasser pôde vincular sua imagem às mudanças políticas e sociais que o Egito experimentava.

Os anos seguintes permitiram que Nasser fosse visto como o principal líder do nacionalismo árabe. A circunstância fundamental que iniciou o vínculo público do homem forte do Egito ao discurso de defesa da unidade dos povos árabes foi sua rivalidade crescente com Nuri Said, presidente do Iraque à época. O embate entre os presidentes de Egito e Iraque não pode ser compreendido como um mero conflito de personalidades. A contenda iraquiano-egípcia era expressão de uma disputa entre os dois países pela liderança política da região. Em 1955, o Iraque construiu sua rede de aliados a partir do Pacto de Bagdá, um acordo militar defensivo que, além do Estado iraquiano, contou com a adesão de Turquia, Irã, Paquistão e Inglaterra. Nasser entendia o pacto como mais uma manifestação da influência dos ingleses nos assuntos externos dos países do Oriente Médio e acreditava que o Iraque de Nuri Said havia se vendido ao colonizador.

Ao lado do duelo ideológico com o Iraque, as constantes hostilidades entre Egito e Israel alimentavam as expectativas de muitos árabes em relação a Nasser. A Questão Palestina era uma plataforma política importante, tanto para manter o apoio interno ao governo militar quanto para firmar o Egito como nação líder dos árabes, já que, retoricamente, os principais problemas internos e externos do Egito e dos países árabes vizinhos eram atribuídos à presença ilegítima do Estado de Israel na região. A humilhação da derrota na guerra de 1948 havia ajudado os próprios “Oficiais Livres” a derrubar a monarquia egípcia, e a crescente tensão com os israelenses desde a Revolução de 1952 não poderia ser ignorada. O acirramento do discurso anticolonial, seja contra os ingleses ou contra os israelenses, ajudava Nasser a aumentar sua popularidade. Suas decisões em comprar

armas da Tchecoslováquia e reconhecer a China comunista reforçavam a impressão de que o Egito havia afastado as potências ocidentais de suas questões políticas. A prova mais contundente do desafio que Nasser representava aos interesses estrangeiros foi a nacionalização do Canal de Suez em resposta ao cancelamento, pela Inglaterra e Estados Unidos, de empréstimos para a construção da represa de Assuã, no rio Nilo. Seu famoso discurso de 26 de julho de 1956,¹ que reafirma a nacionalização do citado canal, causou fortes impressões não só ao povo egípcio e aos povos árabes, mas repercutiu em grande parte das nações então denominadas subdesenvolvidas.

Uma ousadia como essa não poderia ser ignorada pela política externa da Inglaterra e da França, países que se consideravam diretamente prejudicados com a nacionalização do Canal de Suez. Mesmo à revelia do resto do mundo, incluindo-se as superpotências da época (Estados Unidos e União Soviética), ingleses e franceses, com apoio israelense, atacaram o Egito, dando início à Guerra de Suez. O final do combate consagrou definitivamente a imagem de Nasser como o líder de toda a “Nação Árabe” contra as velhas potências coloniais. O Egito conquistou indiscutivelmente a vitória na guerra: ficou com o controle total do Canal de Suez, removeu a base militar que os ingleses mantinham na região do canal e confiscou as propriedades inglesas e francesas no país. A única derrota egípcia foi a perda de Sharm al-Sheik (posto militar de acesso ao golfo de Aqaba). Sob pressão da opinião pública mundial, Inglaterra e França assinaram um cessar-fogo.

No discurso de Nasser sobre a nacionalização do Canal de Suez, sua estratégia foi vincular o episódio à necessidade de todo o mundo árabe de superar as mazelas do colonialismo. Para isso, o líder egípcio contou com um recurso retórico: o uso do árabe padrão, e não do árabe egípcio, para que suas palavras chegassem a todos os povos da região. (COTTER, 2012, p. 11). Nesse caso, Nasser vinculou a tomada do Canal de Suez aos esforços do expurgo dos interesses ocidentais no Oriente Médio que geraram, sobretudo, questões territoriais na região, como a posse do citado canal e a Questão Palestina.

Em outro discurso polêmico como o que antecedeu a chamada Guerra dos Seis Dias – um confronto militar entre Israel e um conjunto de países árabes liderados pelo Egito em 1967 –, Nasser repetiu essa estratégia retórica, investindo-se da condição de porta-voz dos anseios do povo palestino por justiça e retomada de suas terras invadidas por Israel a partir de 1948.

A questão agora iminente não é o Golfo de Aqaba, o Estreito de Tiran, ou a retirada da Força de Emergência das Nações Unidas, mas os direitos do povo da Palestina. É a agressão que ocorreu na Palestina, em 1948, com a colaboração da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. É a expulsão dos árabes da Palestina, a usurpação dos seus direitos, e os despojos de sua posse. É a negação de todas as resoluções da ONU em favor do povo palestino.

A questão hoje é muito mais grave do que eles dizem. Eles querem limitar a questão ao estreito de Tiran, a UNEF e ao direito de passagem. Exigimos todos os

direitos do povo palestino. Dizemos isso por causa de nossa crença de que os direitos árabes não podem ser desperdiçados, porque os árabes em todo o mundo árabe estão exigindo estes direitos árabes. (NASSER, 1967).

Essas palavras foram pronunciadas pelo presidente Nasser em um momento crucial das hostilidades entre Israel e Egito em 1967: o conhecido período de uma guerra discursiva por prestígio que antecedeu o enfrentamento militar. A batalha de nervos envolvendo egípcios e israelenses nas semanas anteriores à Guerra dos Seis Dias elevou a Questão Palestina ao status de princípio legitimador da posição árabe anti-Israel. (SEGEV, 2007, p. 282-283). A defesa e proteção dos palestinos conferiam liderança regional ao Egito de Nasser e eram argumentos morais que angariavam o apoio de parte considerável da opinião pública internacional ao pan-arabismo nasserista, já que a progressiva posição hostil do Egito frente a Israel era uma resposta moral à expulsão dos “árabes da Palestina”.

Os resultados da Guerra dos Seis Dias foram catastróficos para os árabes. De acordo com Bernabé López Garcia, o caráter de *blitzkrieg* da ação militar israelense trouxe consequências desestabilizadoras para os regimes militares árabes, inclusive para Gamal Abdel Nasser (GARCIA, 2000, p. 222), já que, para além das vidas humanas e dos territórios perdidos, os árabes não recuperaram a confiança no projeto pan-arabista, mais grandioso do ponto de vista retórico do que nas conquistas militares, políticas e econômicas. O Egito como berço do arabismo e pai protetor dos árabes menos favorecidos, como os palestinos, havia fracassado, o que levou os egípcios a chorar seus mortos, os palestinos à perda de Gaza e Cisjordânia, e conduziu Nasser a um pedido formal de demissão no dia 9 de junho de 1967. Os resultados desastrosos do pós-guerra dos Seis Dias tiveram uma pequena alteração em 24 horas. Enquanto ainda se contavam os mortos da guerra e se lamentava a perda de territórios da Palestina, Nasser recuou em seu pedido de demissão e voltou ao poder com forte apoio popular, apesar da derrota militar, já que o líder egípcio mesmo fragilizado ainda gozava de grande apreço resultante de anos de sua propaganda política baseada em uma espécie de culto à personalidade, e principalmente pela falta de outra liderança carismática que pudesse substituí-lo imediatamente. (ABURISH, 2004, p. 333-334).

Uma análise geral do nasserismo e seu vínculo retórico com a Questão Palestina revela que a Guerra dos Seis Dias impactou não somente as relações do Egito com os anseios palestinos, mas representou um desinteresse efetivo da maioria dos regimes árabes com a defesa histórica dessa questão. Com a chegada da década seguinte e a morte de Gamal Abdel Nasser, em setembro de 1970, a resistência palestina começa a ter problemas com parceiros tradicionais, como a Jordânia, e toma consciência de que o herdeiro político de Nasser no Egito, Anwar al-Sadat, tinha outros planos para a política externa do país.

Do ponto de vista discursivo, pouco antes de Nasser transformar-se no grande líder do pan-arabismo, após a nacionalização do Canal de Suez, suas palavras revelavam indícios de que seu discurso não se restringia ao cenário político egípcio, mas destinava-se potencialmente aos milhões de árabes espalhados pelo Levante e Norte da África e aos palestinos; essa mensagem, portanto, alcançou alto grau de expectativa e esperança. Ao analisar a maneira como Gamal Abdel Nasser expressava a defesa de um projeto de nação árabe, pode-se perceber um contexto linguístico compartilhado que, de forma polissêmica, conferia significado a conceitos políticos do pan-arabismo. Nasser recorreu, por exemplo, à utilização do termo “revolução” em falas e escritos destinados a explicitar suas intenções políticas. Para egípcios, palestinos e qualquer povo árabe que lutava pela realização de um projeto político libertário, a ideia de revolução atendia à necessidade de conclamar leitores e ouvintes a uma ação política em favor de toda a comunidade árabe, rompendo-se com um passado recente marcado pelo colonialismo.

A apropriação que Nasser fazia do conceito de “revolução”, repartindo com os falantes da língua árabe a defesa de uma ação política transformadora e revolucionária, expressava uma camada de significado do conceito completamente integrada ao cenário linguístico das décadas de 1940 e 1950, marcado, sobretudo, pelo fim da Segunda Guerra Mundial, pela reconfiguração do jogo político internacional com a Guerra Fria, pelo processo de descolonização da África e da Ásia e pela retórica de neutralidade política da Conferência de Bandung. No caso do conceito de “revolução” em língua árabe, pode-se defini-lo por dois vocábulos distintos: *الانقلاب* – “*Inkilab*”, e *ثورة* – “*Thawra*”, sendo que ambos compõem de forma polissêmica a acepção política do conceito. Ao escolher um dos dois vocábulos para expressar sua ideia de “revolução”, o líder político árabe torna evidentes as nuances de seu projeto político, ao estabelecer afinidades e oposições com outros interlocutores, além de um diálogo proveitoso entre as ideias políticas e as sociedades expostas a essa definição do conceito.

Um dos primeiros momentos em que Gamal Abdel Nasser fez uso do conceito de “revolução” foi ao longo de sua obra “Filosofia da Revolução” (*فلسفة الثورة* – *Falsafa al-Thawra*), de 1955. Ao discorrer sobre o projeto egípcio de libertação nacional, Nasser afirmou:

A luta de uma nação é semelhante a um edifício que vai sendo construído tijolo por tijolo. Assim como um tijolo é colocado sobre outro, cada fase da luta sucede a outra fase. Cada acontecimento nasce do acontecimento que o antecedeu e provoca aquele que ainda desconhecemos.

A opinião segundo a qual a revolução de 23 de julho tem suas origens no resultado da guerra de Israel é falsa. [...] É igualmente evidente que não deve procurar-se a sua origem no movimento dos “Oficiais Livres”. Em minha opinião, houve razões bem mais profundas.²

Ao negar o vínculo da Revolução Egípcia de 1952 com a Guerra de 1948, Nasser reconstrói a História recente do país, retirando de Israel qualquer interferência no transcurso natural da ação política libertária entre os árabes. Para isso, Nasser definiu o termo “revolução” a partir do vocábulo ثورة – “Thawra”, mais preocupado em atrelar ao conceito o sentido de “processo revolucionário”, lento e contínuo, como uma obra sendo construída “tijolo por tijolo”. O que Nasser pretendeu nesse trecho foi recorrer a um sentido específico do termo “revolução” no vocabulário político pan-arabista para vincular determinado conteúdo doutrinário ao regime político já instaurado. Desse modo, a ascensão dos Oficiais Livres ao poder no Egito é apenas uma parte da transformação política que levaria todos os árabes, inclusive os palestinos, à superação de seus problemas. O Egito, a Palestina e cada país árabe seriam os tijolos que paulatinamente construiriam a grande nação árabe indivisível. Se o primeiro tijolo arrima o segundo, o Egito daria suporte à Palestina.

Esse argumento esteve presente em parte considerável das conquistas da política externa egípcia durante o governo de Nasser. A união do Egito com a Síria, entre 1958 e 1961, na chamada “República Árabe Unida”, a influência do nasserismo em mudanças de regimes políticos nos países árabes, como no Iêmen, no Iraque e em vários outros cenários regionais, são testemunhos de que a noção processual de “revolução” era a expectativa mais concreta que a Palestina poderia esperar de seus vizinhos. A morte de Nasser, em 1970, foi precedida pelo desmoronamento gradual dos tijolos libertários. É o fim do faraó construtor.

3. O artesão magrebino: a Palestina para Muammar al-Kadafi

Ao longo da década de 1970, o pan-arabismo que influenciou países como a Síria e o Egito passou a ganhar poder político também na região do Magrebe.³ Embora a República Árabe Unida tivesse fracassado em 1961, o projeto político para unir os árabes não deixou de ser uma aspiração de muitos líderes da região. Os conceitos políticos desenvolvidos principalmente pelo Egito na segunda metade do século XX ecoaram em outras experiências políticas no mundo árabe, como durante a chegada ao poder do líder líbio Muammar al-Kadafi. Por essa razão, Kadafi passou a teorizar sobre a formação da nação árabe, reconhecendo a legitimidade política da tradição pan-arabista, mas adicionando ao projeto político do Egito algumas características do ativismo político próprio da Líbia durante a Era Kadafi.

Em uma leitura atenta dos textos de Kadafi, torna-se possível perceber que o material é portador de um vocabulário político próprio de sua época, que, além de servir como uma estratégia discursiva para lhe dar visibilidade internacional, apresenta uma relação intensa com a trajetória política do Estado líbio, que coincide com o percurso do líder nacional. A ascensão de Kadafi ao

poder, em 1969, foi possível graças a certas especificidades da história da Líbia no século XX, e essas características particulares influenciam diretamente a maneira como o Islã político está presente no projeto de nação e revolução pan-arabista dele.

A história contemporânea da Líbia como Estado nacional moderno pode ser descrita a partir do contexto político do colonialismo europeu no início do século XX. A delimitação definitiva de suas fronteiras foi concretizada entre 1906 e 1910, quando o Império Otomano decidiu anexar a região de Fezzan (sul da Líbia e, na época, ameaçada pela França) às províncias da Cirenaica e da Tripolitânia. Com o desenvolvimento das disputas imperialistas entre os países europeus sobre territórios na África e na Ásia, os otomanos acabaram gradualmente perdendo força, e algumas de suas províncias passaram a ser contestadas por países como a França, Inglaterra e Itália. Neste cenário, a região que hoje é a Líbia tornou-se domínio da estrutura imperialista da Itália, principalmente a partir da invasão militar que os italianos lançaram em 1911. No ano seguinte, o Tratado de Lausanne-Ouchy obrigou os otomanos a abandonar definitivamente o território líbio, o que fez da Itália a principal força europeia na antiga província turca. (EL-KIKHIA, 1997, p. 17).

Embora os italianos houvessem superado facilmente as reivindicações turcas à província líbia, não contavam com a oposição à dominação europeia promovida pela confraria sufi “Sanusiya”, liderada por Ahmed al-Sharif. A Líbia colonial sofreu um confronto militar entre os guerrilheiros sanusis e as forças italianas que, já em 1915, permaneceram confinadas à região costeira do território disputado. Enquanto lutavam contra os italianos no norte, os combatentes líbios tiveram que enfrentar outras forças coloniais europeias, como os britânicos no Leste e os franceses no Sul. Com o tempo, os Sanusis conseguiram fazer negociações com franceses e ingleses, concentrando seus recursos de resistência contra a Itália. O confronto entre a população líbia liderada pelos sanusis e as tropas italianas ganhou outro status com o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1919, já que naquele momento a Itália iniciava uma série de reformas que permitiram o estabelecimento de condições especiais para os líbios no interior da lógica colonial, como, por exemplo, por meio da concessão de cidadania italiana para os líbios. Em relação à estrutura política da Líbia nesse período, a Itália consentiu na criação de um Parlamento local que, além de todas as suas funções tradicionais, elegia o Conselho de governo.

No entanto, mesmo com a adesão gradual dos líderes sanusis ao novo status concedido à Líbia pela Itália, em 1920 as hostilidades voltaram, mas os italianos conseguiram manter certo controle sobre o território líbio até os anos de desenvolvimento da Segunda Guerra Mundial. Durante esse período, o território líbio foi cenário de batalhas decisivas, como entre 1940 e 1943, quando houve ali a campanha entre o *Afrika Korps*, do general alemão Rommel, e as tropas

britânicas. Com o fim das hostilidades, a Inglaterra passou a governar a Cirenaica e a Tripolitânia, enquanto a França passou a administrar Fezzan.

O fim da Segunda Guerra Mundial permitiu à Líbia firmar-se como uma região emancipada das forças europeias, principalmente após o surgimento de um novo ator político internacional: a Organização das Nações Unidas. Criada em 1945, a ONU representava uma nova ordem mundial que construía seus próprios espaços de negociação política. A Assembleia Geral das Nações Unidas, criada em 1946, assumiu um papel importante em relação aos territórios africanos e asiáticos que, antes da Segunda Guerra Mundial, haviam sido disputados por potências europeias. No caso da Líbia, em 1949, a Assembleia Geral recomendou a independência do país em um período que não deveria exceder janeiro de 1952. No início da década de 1950, a Líbia adquiriu o estatuto de país independente, e o líder religioso dos sanusis, o emir Sayyid Idris al-Sanusi, foi coroado rei da Líbia, com o nome de Idris I.

O período de governo da monarquia foi marcado por instabilidades políticas e econômicas importantes. A descoberta de petróleo em seu território, em 1959, fez do país uma nova área de disputa entre as potências mundiais e suas grandes companhias petrolíferas. Assim, a Líbia tornou-se um país marcado por um antagonismo evidente: a euforia reformista, alimentada por seu novo papel internacional como um grande exportador de petróleo, e a manutenção da estrutura social tradicional, predominantemente rural, assentada em clãs, com uma classe média embrionária e uma elite econômica ligada aos dividendos deste petróleo. (GARCIA, 1985, p. 314). A consequência desse ambiente discrepante foi a redução paulatina do Estado líbio a uma espécie de intermediário entre os interesses das companhias petrolíferas internacionais e as necessidades reais da sociedade líbia.

Alguns setores da população líbia não ocultaram sua insatisfação com a realidade política e econômica do país. A subjugação da Líbia à dominação estrangeira incentivou a criação de grupos políticos de oposição que, descontentes com a situação de sua pátria, começaram a reconhecer na revolução egípcia de 1952 um modelo de soberania nacional a ser importado. As notícias que chegaram à Líbia sobre o desempenho geral de Gamal Abdel Nasser no Egito pareciam propor uma alternativa política viável para o país. O resultado dessa combinação entre a influência nasserista e a crescente insatisfação popular foi a ascensão de um movimento político próximo ao que levou o Egito a desistir da sua monarquia. Na Líbia, um grupo de oficiais do exército, também chamado de “Oficiais Livres”, liderado por Muammar al-Kadafi, aproveitou a ausência do rei Idris por motivos de saúde, em 1969, e concretizou um golpe de Estado que pretendeu estabelecer a liberdade na Líbia, o controle das riquezas nacionais e de várias outras questões políticas relacionadas com o anti-imperialismo nasserista. Ao analisar o contexto social caótico da Líbia durante a monarquia,

Paul Balta afirma que o impacto das receitas do petróleo não se limitou ao plano econômico no país. Indiretamente, o “ouro negro” havia criado uma nova mentalidade na população líbia, que reconheceu no petróleo uma espécie de patrimônio nacional a ser preservado. Combinada com as ideias de Nasser, a defesa da riqueza advinda do petróleo serviu como justificativa para uma mudança política abrupta. (BALTA, 1994, p. 25).

A chegada de Muammar al- Kadafi ao poder mudou completamente a situação política interna e externa do país. A aproximação da Líbia com o Egito de Nasser era evidente, resultando em ações conjuntas de política externa até a morte de Nasser, em 1970. Durante esse mesmo ano, a Líbia, o Egito e o Sudão assinaram a *Tripoli Charter*, um tratado de união entre esses países que, depois da ascensão ao poder de Anwar Sadat no Egito, é complementada em 1971 com a criação da Confederação das Repúblicas Árabes Unidas (Egito, Líbia e Síria) e, em 1973, com os Acordos *Hassi Messaoud* (União entre Líbia e Argélia). A opção pela defesa do pan-arabismo nasserista era cada vez mais irrefutável e foi transformada em princípio básico da estratégia internacional do Estado líbio, que se combinava com as ideias políticas “terceiro-mundistas”, anti-imperialistas e críticas à bipolaridade da Guerra Fria expressas na obra “O Livro Verde” (*al-Kitab al-Akhdar*), de Kadafi, publicado na década de 1970.

Apesar da influência que o Egito de Nasser manteve sobre as escolhas políticas de Kadafi, o mesmo não ocorreu entre o líder líbio e o novo presidente egípcio. Depois que Sadat deixou clara sua intenção de se afastar da União Soviética, da forma nasserista de fazer política, e aproximar-se dos EUA, as relações entre a Líbia e o Egito foram abaladas. Kadafi passou a denunciar publicamente a recusa de Sadat em defender as ideias de Nasser, acusando o presidente egípcio de ser o defensor dos interesses dos Estados Unidos na região. Para Kadafi, as críticas a Sadat eram confirmadas principalmente pelo diálogo que o presidente egípcio passou a estabelecer com Israel a partir de 1977, quatro anos após a Guerra do Yom Kippur.⁴

Do ponto de vista prático, Kadafi passa a se isolar no cenário internacional, principalmente por causa de seu comportamento instável em questões de política externa. Durante esse período, a Líbia optou pelo enfrentamento político com grandes potências mundiais, especialmente os EUA, sob a administração Reagan, e a Grã-Bretanha de Margareth Thatcher. No plano regional, o país também se isolava, porque passava a ser reconhecido pelos principais países da geopolítica local como uma ameaça, já que Kadafi não omitia suas pretensões intervencionistas e a conversão de petrodólares em ajuda econômica a grupos de oposição a regimes locais. (BALTA, 1994, p. 41).

O isolamento internacional da Líbia permaneceu forte até o final da década de 1990 e o início do século XXI, quando as principais potências econômicas mundiais passam a adotar uma postura mais aberta em relação a Kadafi. A analista Diana Dobrovetsky, por exemplo, afirma que o

ataque terrorista de 11 de Setembro de 2001, nos EUA, e a invasão ao Iraque, em 2003, foram fundamentais para transformar a Líbia em uma nação mais bem-vista internacionalmente. (DOBROVETSKY, 2004, p. 9). A necessidade de os EUA estabelecerem novos aliados em questões relacionadas ao terrorismo do grupo *al-Qaeda*, assim como a disposição líbia de extrair benefícios econômicos e políticos nas negociações diplomáticas, permitiram o estabelecimento de um diálogo entre as nações que viveram algumas décadas de hostilidade declarada. Enquanto a Líbia renunciava a seu programa nuclear e cooperava com o governo britânico sobre o caso Lockerbie,⁵ seu nome foi retirado da lista estadunidense de países terroristas, e as sanções econômicas impostas pelas Nações Unidas foram suspensas. Não cabe aqui uma análise mais detalhada sobre os meandros da mudança de posição da Líbia no jogo político internacional, mas o que parece pertinente a este artigo é a análise da forma como a Questão Palestina foi tratada por Kadafi durante os momentos distintos em que a Líbia foi primeiramente pária e, depois, parceira dos países ocidentais.

Inicialmente, o discurso de combate à presença israelense no Oriente Médio marcou o tom engajado da política externa líbia, após o golpe militar de 1969. Entendendo-se como herdeiro e sucessor de Gamal Abdel Nasser, Kadafi desejava claramente conferir um tom ainda mais conflituoso às relações entre os países árabes e Israel. A adoção desse posicionamento combativo transformava a Questão Palestina em uma agenda moral a qualquer ator político com pretensões de liderança no Oriente Médio. A importância estratégica do Oriente Médio e Norte da África, bem como a dependência da economia mundial em relação às reservas energéticas de seus países, garantiram um significativo espaço de atuação a nações petrolíferas até então consideradas menos atuantes no jogo político internacional, como a Líbia. Para Kadafi, a herança nasserista que a Líbia representava deveria expressar publicamente o apoio incondicional de seu governo à defesa dos palestinos, considerados os árabes mais injustiçados pela presença de Israel e, consequentemente, dos países ocidentais no Oriente Médio. (ST. JOHN, 2008, p. 150).

Em um primeiro momento, o apoio de Kadafi ao ativismo político palestino foi incondicional. A união dos árabes estava completamente subordinada à solidariedade retórica que todos os países do Oriente Médio deveriam expressar pela condição dos palestinos. Porém, ao longo dos anos 1970, a Líbia experimentou certo isolamento de posição também em relação à Questão Palestina, especificamente quando, em 1975, o líder da Organização para Libertação da Palestina, Yasser Arafat, anuncia que ações extremas como sequestro de aviões, navios e trens com fins políticos seriam consideradas pela sua organização ilegítimas. Como se não bastasse o recuo estratégico de um dos movimentos palestinos mais importantes, o presidente egípcio Anwar Sadat visita Israel em 1977 e assina o Acordo de Camp David no ano seguinte, selando a paz com os

inimigos históricos dos árabes, quando reconhece a existência de Israel e se submete à mediação dos Estados Unidos.

A Líbia de Kadafi manteve sua posição de enfrentamento a Israel e às potências mundiais porque reconhecia que a alta dos preços do petróleo na década de 1970 favorecia sua emancipação econômica frente às potências da Guerra Fria, e parte desses recursos financeiros poderiam ser destinados à compra de material bélico e ao financiamento de grupos políticos armados diversos. Entretanto, como resultado de um conjunto de ações norte-americanas para a queda do preço do petróleo em um mercado reconhecidamente volátil, os anos 1980 registraram o fim da tendência de aumento do valor desse produto, e a autonomia econômica líbia ficou ameaçada em médio e longo prazo. Somados a isso, os embargos econômicos impostos à Líbia pela ONU e a franca hostilidade do governo Reagan a Kadafi dificultaram o que seria um corajoso posicionamento internacional do Estado líbio.

Nesse contexto, os anos 1990 marcaram uma mudança de rumos da política externa líbia. Por causa de fatores variados como o aumento da oposição islamista interna ao regime e a necessidade de maior participação efetiva da Líbia na política externa regional do Oriente Médio, Kadafi substituiu a retórica do confronto aberto por uma posição internacional mais cooperativa. Para isso, a Questão Palestina foi novamente a chave discursiva para dar visibilidade ao novo perfil da Líbia, agora disposta a negociar com antigos inimigos em troca de apoio internacional, fim dos embargos econômicos e superação das dificuldades internas.

O caminho escolhido por Kadafi para exibir seu tom conciliador foi a elaboração de uma nova obra, o chamado “Livro Branco” (الكتاب الأبيض – *al-Kitab al-Abiad*),⁶ que propunha “a solução histórica fundamental” para as tensões entre palestinos e israelenses. Em linhas gerais, o “Livro Branco” propõe a formação de um Estado único entre israelenses e palestinos, denominado “Isratina”, e salienta que árabes (incluindo palestinos) e judeus possuem condições históricas para viverem conjuntamente. Nas palavras de Kadafi:

Não existe inimizade entre os árabes e os judeus. De fato, os judeus são primos adanitos dos árabes do lado paterno, dos descendentes de Abraão. Quando os Judeus foram perseguidos, os seus irmãos árabes convidaram-nos a viver com eles na cidade de *al-Madinah*, dando-lhes a terra de *Wadi al-Qura*, assim chamada em referência às aldeias judaicas (*al-Qura*). Com o aparecimento do Islã sob o Profeta Muhammad, os judeus acharam que o profeta não lhes pertencia e eram hostis e repugnantes em relação a ele. Sucederam ataques, assim como houve ataques contra os povos coraixitas, que se recusaram a aceitar o Islã, e contra os árabes que inicialmente aceitaram o Islã mas subsequentemente o rejeitaram. Os judeus, juntamente com os árabes, foram expulsos da Andaluzia no final do Século XV, e refugiaram-se nos países árabes, dando origem aos bairros judeus em todos os países árabes. Viveram aí, em paz e amizade com seus irmãos árabes.⁷

A base do argumento de Kadafi é a valorização do mito da fraternidade árabe-judaica da tradição religiosa monoteísta. O discurso de autoridade da religião, presente na narrativa sobre a descendência de Abraão, sedimenta a lógica de não enfrentamento entre árabes e judeus, o que amplia o conceito de “Palestina” à perspectiva do convívio histórico dos antagonistas políticos. Em parte, a lógica do mito da fraternidade reconhece a legitimidade da permanência dos judeus nas terras do Oriente Médio, o que é uma mudança significativa na posição de Kadafi em relação aos judeus e a Israel.

A postura complacente de Kadafi sobre o direito de permanência dos judeus no território da Palestina histórica é completamente antagônica em comparação com o discurso de expulsão dos judeus do Oriente Médio mantido pelo pan-arabismo nasserista. O “Livro Branco” reconhece tanto a presença de judeus como a de palestinos no mesmo território; no caso judeu, pelo histórico de convivência pacífica a partir da herança Abrâmica, e no caso palestino, a partir das seguintes afirmações:

Em primeiro lugar, que os palestinos habitaram esta terra e que foram donos das propriedades rurais e casas até 1948 e 1967.

Em segundo lugar, que deixaram esta terra em 1948, abandonando as suas propriedades e casas, com medo de massacres, que de fato ocorreram.

Em terceiro lugar, os chefes e sábios do movimento sionista, incluindo indivíduos que participaram no conflito de 1948, afirmam que os judeus não expulsaram os palestinos da Palestina, das suas propriedades rurais, nem das suas casas; de fato os palestinos acreditaram nos rumores terríveis e deixaram a Palestina por vontade própria.

Em quarto lugar, os que saíram formaram um grande grupo e o êxodo teve uma escala significativa.

[...] A chave para resolver o problema é, portanto, o regresso dos refugiados palestinos à Palestina. Tal medida teria o efeito de repor tudo no seu devido lugar bem como implementar a Resolução das Nações Unidas, emitida em 11 de Dezembro de 1948, na qual o artigo 11 menciona o regresso dos refugiados. Não pode haver nenhuma base legítima ou qualquer direito para quaisquer objeções.

Nesse momento, o “Livro Branco” pretende deslocar a Questão Palestina para o problema da condição de refugiado dos palestinos nos Estado árabes, reforçando que a identidade desse povo é essencialmente territorial e, assim, dependente da superação da tutela de seu destino pelos demais países árabes. De todo modo, o mais significativo desse argumento de Kadafi sobre a Questão Palestina é o reconhecimento da legalidade da ONU e do arbítrio internacional. Com essa declaração, Kadafi não somente rompe com a perspectiva de não alinhamento internacional do pan-arabismo clássico, como torna evidente sua disposição para respeitar o jogo político internacional e fazer parte dele, em instâncias compartilhadas com as potências mundiais, como a ONU. Para Kadafi, resolver a Questão Palestina e reconhecer a presença de judeus no Oriente Médio era a

moeda de troca para que a Líbia deixasse de ser vista como um Estado pária, que desrespeitava as esferas de exercício da política internacional.

A solução da Questão Palestina é apenas uma, porém, a principal das camadas de intenções do “Livro Branco”. Novamente, mas de forma dissonante do pan-arabismo clássico, o uso político da Palestina atende às novas demandas da Líbia cooperativa: um Estado único para judeus e árabes palestinos, e uma via única de colaboração entre a Líbia e a ordem política internacional.

Durante os anos 1990 e 2000, tudo vai bem, até 2011, quando as revoltas populares que atingiram diversas ditaduras árabes chegam à Líbia e levam a OTAN a bombardear o país e a promover a captura de Kadafi. Para essa questão específica, não há tempo de Kadafi propor uma solução definitiva em mais um livro colorido.

4. Considerações finais

Em linhas gerais, os líderes políticos de países como o Líbano, o Egito e a Líbia envolvidos com a Questão Palestina mostraram que esse tema tinha mais valor pela sua condição de problema do que como um ponto a ser efetivamente resolvido. É possível encontrar responsáveis pela deterioração da Questão Palestina entre os povos árabes, os israelenses e até mesmo entre os próprios palestinos, mas no que compete especificamente aos árabes fica claro que o ponto principal do problema da Palestina é que há prejuízos desmedidos em retirar dos palestinos o protagonismo de suas próprias demandas.

Para finalizar, as palavras de Edward Said são capazes de tocar diretamente na questão:

A realidade é que, hoje, a Palestina não existe, exceto como uma reminiscência ou, mais fundamentalmente, como uma ideia, uma experiência política e humana e um ato de persistente vontade popular. (SAID, 2012, p. 5).

Quando nas vozes de homens como Antoun Saade, Salim al-Lawzi, Gamal Abdel Nasser e Muammar al-Kadafi ser líder regional era corresponder aos anseios do povo palestino, a vontade popular deu lugar a ambiciosos projetos políticos que consideravam a Questão Palestina um problema de todos, mas não necessariamente a qualquer custo e a qualquer hora. Ser palestino era ser árabe, mas “às vezes”.

Referências

ABURISH, Said K. **Nasser: The Last Arab**. Nova York: St. Martin Press, 2004.

AJAMI, Fouad. **The Arab Predicament: Arab Political Thought and Practice Since 1967**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

ÁLVAREZ-OSSORIO, Ignacio. **Siria Contemporánea**. Madrid: Editorial Síntesis, 2009.

BALTA, Paul. **El Gran Magreb: Desde la Independencia hasta el año 2000**. Madrid: Siglo XXI, 1994.

COTTER, William. **Language Accommodation and Style Shifting in the Speech of Gamal Abdel Nasser**. University of Essex, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/2774727/Language_Accommodation_and_Style_Shifting_in_the_Speech_of_Gamal_Abdel_Nasser. Acesso em: 30 maio 2014.

DEEB, Marius. **Syria's Terrorist War on Lebanon and the Peace Process**. Nova York: Palgrave, 2003.

NASSER, Presidente Abdel Gamal. **Discurso para os membros da Assembleia Nacional**, pronunciado a partir do Palácio Presidencial. Arquivo de áudio, 29 mai. 1967. Disponível em: <http://nasser.bibalex.org/Speeches/browser.aspx?SID=1218>. Acesso em: 30/05/2014.

DOBROVETSKY, Diana. **Libya's Reconciliation with the West: Implications for U.S. Foreign Policy**. Chicago: University of Illinois, 2004.

EL-KIKHIA, Mansour O. **Libya's Qaddafi: The Politics of Contradiction**. Gainesville: University Press of Florida, 1997.

GARCIA, Bernabé López. **El Mundo Arabo-Islámico Contemporáneo: una historia política**. Madri: Editorial Sintesis, 2000.

GARCIA, Bernabé López. **Introducción a los regímenes y constituciones árabes**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1985.

HAYEK, Domingo Garí. **Historia Contemporánea del Líbano: confesionalismo y política (1840-2005)**. Santa Cruz de Tenerife: Ediciones Idea, 2006.

MUÑOZ, Gema Martín. **El Estado Árabe: Crisis de Legitimidad y Contestación Islamista**. 1. reimpressão. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2005.

SAID, Edward W. **A Questão da Palestina**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

SEGEV, Tom. **1967: Israel, the War and the Year that Transformed the Middle East**. Londres: Abacus, 2007.

ST. JOHN, Ronald Bruce. **Libya: from Colony to Revolution**. Oxford: Oneworld Publications, 2008.

Notas

¹ خطاب الرئیس جمال عبد الناصر فی عید الثورة الرابع من الإسکندریة خطاب تأمیم قنائة السویدس ۲۶/۷/۱۹۵۶. <http://nasser.bibalex.org/Speeches/browser.aspx?SID=495>.

² <http://nasser.bibalex.org/Books/BooksMain.aspx?ID=1&x=7&lang=ar>. Acesso em: 30/05/2014.

³ Do árabe: *al-Magreb* (المغرب), que significa “poente”. Existem diversas aplicações contemporâneas para o termo. O vocábulo pode ser usado para definir, em árabe, a ideia de “porção ocidental do mundo árabe”, correspondendo atualmente à região que abarca todo o Norte da África, exceto o Egito.

⁴ Nova guerra entre uma coalizão de Estados árabes liderados pelo Egito e Israel, em 1973, a primeira guerra árabe-israelense sem a participação de Nasser. Os momentos iniciais da guerra trouxeram o sentimento de vitória aos árabes, ainda que, do ponto de vista militar, Israel tenha invertido as condições favoráveis de combate já na segunda semana de conflito.

⁵ O caso Lockerbie foi um ataque ao voo 103 de Pan Am no dia 21 de dezembro de 1988. Em pleno voo, o Boeing 747 que partiu de Londres para Nova Iorque sofreu uma explosão, matando 270 pessoas. Dois cidadãos líbios foram acusados pelo atentado, mas a Líbia se negou a entregá-los até 1999.

⁶ Após a captura e morte de Kadafi em 2011, as versões oficiais do seu “Livro Branco” foram retiradas da internet. Atualmente, existem cópias do texto oficial em sites sem identificação que preservam seus discursos e obras. É o caso do site <http://www.libya.blogfa.com/post-234.aspx>, que serviu de referência para a elaboração deste artigo. Mesmo não sendo um site oficial, a versão apresentada é idêntica ao original escrito e publicado por Kadafi entre o fim dos anos 1990 e o início dos anos 2000.

⁷ <http://www.libya.blogfa.com/post-234.aspx>. Acesso em: 30 maio 2014.

Murilo Sebe Bon Meihy é Professor Doutor do Instituto de História e Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Recebido em 30/06/2014

Aprovado em 08/10/2014